

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.051 - SC (2019/0201362-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : AUTOCLAVE IMPORTACAO EXPORTACAO E REPRESENTACOES
LTDA
ADVOGADOS : SAMUEL GAERTNER EBERHARDT E OUTRO(S) - SC017421
MARCO ALEXANDRE SOARES SILVA - SC017420
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por AUTOCLAVE IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA., em 27/08/2019, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, que não conheceu do Agravo em Recurso Especial, e majorou os honorários arbitrados pelo Juízo **a quo** (fls. 1.332/1.335e).

Inconformada, a parte embargante alega obscuridade na decisão embargada, sustentando, em síntese que "seja esclarecida a forma de cálculo da majoração dos honorários devidos pela União Federal, considerando as possibilidades indicadas no parágrafo '3' supra" (fl. 1.338e).

Por fim, requer "sejam recebidos e regularmente processados os presentes embargos de declaração, para que, sanando a obscuridade apontada, seja esclarecida a forma de cálculo da majoração dos honorários devidos pela União Federal" (fl. 1.338e).

Transcorreu **in albis** o prazo para impugnação.

Com razão a parte embargante.

Com efeito, seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

No caso, resta configurado erro material.

Dessarte, no parágrafo que trata da majoração dos honorários, onde se lê:

"Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios, anteriormente fixados, em 1% (um por cento), levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015".

Leia-se:

"Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) **sobre o valor já arbitrado**, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015".

Ante o exposto, acolho os Embargos de Declaração para corrigir o erro material indicado.

I.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora